

Para citar este artículo:

Borges, P.H.P. y Borges, L.F.P. (2009). A educação escolar integracionista e a representação fotográfica. *Revista Latinoamericana de Tecnología Educativa* - RELATEC, 8 (2), 77-90. [http://campusvirtual.unex.es/cala/editio/]

A educação escolar integracionista e a representação fotográfica

School integration and photographic representation

Paulo Humberto Porto Borges y Liliam Faria Porto Borges

Centro de Educação e Artes, Faculdade de Educação
Rua Universitária – 1619
Jardim Universitário
85819-110 - Cascavel, PR – Brasil

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Email: pauloportoborges@gmail.com; liliamfpb@gmail.com

Resumo. Este trabalho pretende discutir as políticas educacionais integradoras organizadas pelo Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-45) junto aos povos indígenas do Brasil e sua profunda vinculação com as imagens fotográficas produzidas pelo órgão indigenista oficial deste período, o Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPI). A partir da década de 40 do século passado, o SPI organizou uma profunda e rigorosa documentação imagética – fotografia e filmes – em relação ao chamado “problema indígena”. O trabalho busca demonstrar o importante papel da educação escolar como instrumento privilegiado de integração e amansamento dos indígenas, a partir das diversas fotografias realizadas no Posto Indígena de Icatú produzidas pelo próprio SPI. Estas imagens fotográficas elaborados pelo fotógrafo oficial do SPI Heinz Foerthmann em meados de 1943 se transformam em dados fundamentais na discussão a respeito do papel integrador da educação formal em relação aos povos indígenas no primeiro quartel do século XX. Uma domesticação que, apesar de todos os esforços nacionais, não logrou vencer a etnicidade dos povos indígenas do Brasil. As imagens analisadas neste trabalho são oriundas de um ensaio fotográfico do documentalista alemão Heinz Foerthmann, realizado em 1943 nas comunidades indígenas de Icatú e Nimuendaju, interior de São Paulo. Neste período o órgão oficial indigenista organizou várias exposições em todo Brasil, com o sentido de demonstrar a população brasileira os avanços civilizatórios em seus trabalhos com os povos indígenas do Brasil. Estas imagens, por ter uma função que vão além do simples registro, nos permitem desvendar as políticas assimilacionistas do estado nacional

em relação às ditas comunidades primitivas, e, em especial, seus métodos de integração a partir da perspectiva escolar.

Palavras Chave: fotografia; ameríndio; Estado; política educacional; educação formal.

Resumen. Este trabajo pretende analizar las políticas educacionales integradoras organizadas por el Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-45) junto a los pueblos indígenas de Brasil y su relación con las imágenes fotográficas producidas por el órgano indigenista oficial de este período, el Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPI). A partir de la década de 40 del pasado siglo, el SPI organizó una rigurosa documentación visual – fotografía y películas – inherente al llamado “problema indígena”. El trabajo busca demostrar el importante papel de la educación escolar como instrumento privilegiado de integración y amansamiento de los indígenas, por medio de las diversas fotografías realizadas en el Puesto Indígena de Icatú, producidas por el propio SPI. Esas imágenes elaboradas por el fotógrafo oficial del SPI Heinz Foerthmann, a mediados de 1943, se transforman en datos fundamentales para la discusión sobre el papel integrador de la educación formal con relación a los pueblos indígenas en el primer cuarto del siglo XX. Una domesticación que, a pesar de todos los esfuerzos nacionales, no logró vencer la etnicidad de los pueblos indígenas de Brasil. Las imágenes analizadas en este trabajo son oriundas de un ensayo fotográfico del documentalista alemán Heinz Foerthmann, realizado en 1943 en las comunidades indígenas de Icatú y Nimuendaju, interior de São Paulo. En este periodo el órgano oficial indigenista organizó varias exposiciones en todo Brasil, con el sentido de demostrar a la población brasileña los avances de la civilización en sus trabajos con los pueblos indígenas de Brasil. Esas imágenes, con tener una función más allá del simple registro, nos permiten desvelar las políticas de asimilación del Estado nacional con respecto a las dichas comunidades primitivas, y, sobre todo, sus métodos de integración desde la perspectiva escolar.

Palabras Clave: fotografía; ameríndio; Estado; política educacional; educación formal.

1. Políticas educacionais integradoras

Em 1910, após intensos debates nacionais, foi fundado o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, órgão subordinado ao Ministério da Agricultura, com a missão de desenvolver trabalhos de acompanhamento e amparo aos povos indígenas brasileiros, em especial no sul do país. A criação do Serviço de Proteção ao Índio significou uma profunda mudança no modo de se pensar e tratar a chamada problemática indígena no Brasil, procurando adequá-la a lógica de cidadania burguesa que vinha fortalecendo-se desde o fim da escravidão e a seqüente proclamação da república em 1889. Neste sentido, o surgimento do SPI conclui um movimento iniciado alguns anos antes pela nascente República, nos trabalhos das Comissões Construtoras de Linhas Telegráficas no Estado de Matto-Grosso e que tinha como objetivo unificar o território nacional levando o governo às zonas de sertão, através de um *«reconhecimento estratégico, geográfico, econômico e estabelecimento de um esforço de desbravamento e vinculação interna do espaço adscrito pelos limites*

internacionais estabelecidos, de modo a constituí-lo enquanto território e torná-lo, também, economicamente explorável» (Lima, 1992:162).

É somente a partir desta ótica historizada, o fortalecimento da lógica burguesa, o avanço do grande capital e suas relações de produção, somadas a necessidade de integração nacional, que é possível entender a criação SPI e o papel que lhe é atribuído pelas elites brasileiras, que era o concluir, ainda que de forma civilizada, a desentrução dos territórios indígenas e a integração de seus povos a economia nacional.

Nas palavras de José Mauro Gagliardi, o objetivo do SPI *«era encontrar um ponto de equilíbrio entre interesses antagônicos: de um lado a expansão capitalista movendo-se com toda voracidade e, do outro, as populações indígenas resistindo obstinadamente»*. Ainda segundo Gagliardi, o SPI tinha como papel atuar frente a questões de âmbito nacional, como a viabilização da ocupação econômica de extensos territórios no sul e centro-oeste do país, em especial no interior de São Paulo e estados do Paraná e Santa Catarina, nos quais grupos indígenas vinham tenazmente se opondo à invasão de seus habitats, seja por hordas migratórias, seja por cafeicultores paulistas. No alvorecer do capitalismo brasileiro as áreas indígenas representavam um sério obstáculo ao seu desenvolvimento. Respeitá-las significaria abrir mão de certas prerrogativas político-econômicas que até então vinha pautando a constituição do estado brasileiro, como a reprodução do grande capital somado ao caráter autoritário das classes dominantes, ainda composta de grandes agricultores e oligarquias rurais. Porém, simplesmente eliminá-las fisicamente através de expedições militares como no período do Império, também significava um passo atrás na recém-construída lógica burguesa que apregoava a igualdade e a cidadania como direitos universais, e que encontrou no positivismo uma forte caixa de ressonância.

Diante deste quadro, o SPI e sua missão civilizadora surgia como uma interessante proposta á temática indígena, pois, além de integrar os indígenas ás relações de produção capitalista, desentrusaria suas terras para as frentes capitalistas.

«Com a descoberta da fórmula que assegurava o desenvolvimento capitalista, sem, no entanto, destruir as populações autóctones que barravam o seu avanço – diga-se de passagem, uma preocupação progressista para a época, - os responsáveis pela façanha foram aplaudidos, porque haviam encontrado uma estratégia de ação perfeitamente compatível com o regime burguês. Dessa forma, com a atuação do órgão recém-criado, os índios seriam pacificados e engajados no processo produtivo. O país ficaria livre da censura de entidades humanistas internacionais e das pressões da opinião pública nacional, que condenavam a chacina dos índios. O Capital poderia reproduzir-se dentro da ordem e o país continuaria na rota do progresso. Era a saída que setores significativos da classe dominante buscavam para esta questão» (Gagliardi:1989:227).

Ainda que esta função última - alargar as fronteiras do grande capital - não estivesse muito clara para os agentes do SPI, seus agentes foram sujeitos fundamentais neste processo histórico, como reconhece mais tarde o sertanista Orlando Villas-Boas ao admitir que parte do seu trabalho nos sertões do Brasil foi, mesmo que involuntariamente, o de atrair os indígenas para a “*a boca da serpente civilizatória*”.

Em relação Serviço de Proteção ao Índio, seu primeiro e mais marcante presidente, o oficial de exército Cândido Rondon que durante anos esteve á frente das Comissões Construtoras de Linhas Telegráficas no Estado de Matto-Grosso, terminará por impingir uma forte orientação positivista a este órgão, o que, se por um lado é progressista à época em relação ao trato com a questão indígena, por outro, reforça um caráter paternalista e colonizador que percebia no indígena um ser inferiorizado culturalmente que deveria evoluir em direção a estágios superiores. Luiz Bueno Horta Barbosa, ativo agente do SPI, definiria dessa forma o trabalho civilizador do órgão indianista que via no trabalho um poderoso instrumento de integração:

«O Serviço não procura nem espera transformar o Índio, os seus hábitos, os seus costumes, a sua mentalidade, por uma série de discursos, ou de lições verbais, de prescrições, proibições e conselhos; conta apenas melhorá-lo, proporcionado-lhe os meios, o exemplo e os incentivos indiretos para isso: melhorar os seus meios de trabalho, pela introdução de ferramentas; as suas roupas, pelo fornecimento de tecidos e dos meios de usar da arte de coser, à mão e à máquina; a preparação de seus alimentos, pela introdução do sal, da gordura, dos utensílios de ferro etc.; as suas habitações; os objetos de uso doméstico; enfim, melhorar tudo quando ele tem e que constitui o fundo mesmo de toda existência social. E de todo esse trabalho, resulta que o índio torna-se um melhor índio e não um mísero ente sem classificação social possível, por ter perdido a civilização a que pertencia sem ter conseguido entrar naquela para onde o queiram levar» (Citado em Ribeiro, 1979:140).

Para Horta Barbosa, assim como para Cândido Rondon, o papel do SPI era basicamente este, o de facilitador nos estágios civilizatórios. O órgão teria como função transformar os índios em cidadãos do século XX no menor prazo de tempo possível, acelerando um processo que, segundo a lógica positivista, a história necessariamente faria.

O SPI, apesar de seus objetivos reducionistas, inaugura uma nova postura na política indigenista, mais respeitosa e sinceramente preocupada com os destinos dos povos contatados. O regulamento baixado pela criação do Serviço de Proteção ao Índio, pelo Decreto n. 9.214, de 15 de dezembro de 1911, organizou as linhas mestras da política indigenista da República recente, «*pela primeira vez era estatuído, como princípio de lei, o respeito às tribos indígenas como povos que tinham o direito de ser eles próprios, de professor de crenças, de viver segundo o único modo que sabiam fazê-lo: aquele*

que aprenderam de seus antepassados e que só lentamente podia mudar». (Ribeiro, 1979:138)

A nova legislação indigenista garantia pontos fundamentais como «a proteção ao índio em seu próprio território» além da «plena garantia possessória, de caráter coletivo e inalienável, das terras que ocupam, como condição básica para sua tranqüilidade e seu desenvolvimento». (Ribeiro, 1979:140)

Apesar das diversas garantias na letra da lei, o que por si só já pode ser considerado um avanço em relação à política anterior, raras vezes esta legislação foi levada até suas últimas conseqüências quando confrontava-se com os interesses do grande capital.

Ao contrário de Gagliardi que vê com clareza a função histórica do SPI no contexto capitalista da virada do século XIX, Darcy Ribeiro aponta como principais obstáculos à execução da assistência aos indígenas e a real garantia de seus territórios tradicionais os poucos provisionamentos destinados ao órgão indigenista, não percebendo nesta prática o estreito vínculo com a lógica capitalista de amansamento, domesticação e desintrusão do elemento indígena para a expansão das frentes agro-industriais. Ou seja, o problema do SPI não era as verbas oriundas de um contexto meramente conjuntural, mas, de toda uma estrutura materialmente relacionada à expansão capitalista brasileira.

O Estado brasileiro, representante das elites econômicas que dirigiam o país, elaborou basicamente três políticas complementares em relação à questão indígena no sentido de facilitar a entrada frentes de expansão nos sertões do Brasil: a pacificação, a redução e a integração. Estas políticas têm como novidade um viés civilizatório, ausente nas políticas anteriores, baseadas nas guerras justas e no puro e simples extermínio. A pacificação se daria por meio do trabalho abnegado dos indigenistas de Rondon, sob o argumento humanitário de que a República positivista teria como dever proteger «*nossos aborígenes*», que, apesar de atrasados e primitivos, possuem elevado grau de humanidade, o confinamento em minúsculas reservas aconteceria com o objetivo de «*garantir suas terras tradicionais*» (o que liberava extensas áreas para a exploração capitalista) e a integração se daria por meio da sua doutrinação, pelo trabalho e pela escola. Nesse sentido, a partir destes movimentos complementares, se liberaria as terras indígenas e se organizaria uma nova mão-de-obra de trabalhadores nacionais, os indígenas que, devidamente educados, estariam prontos para se tornarem trabalhadores assalariados. Esta nova relação com os povos indígenas seria a grande diferença do Serviço de Proteção ao Índio em relação às políticas antecessoras, que não logravam maiores resultados do que a sedentarização de algumas comunidades, como nas palavras de Manuela Carneiro ao descrever as tumultuadas relações entre os indígenas e os colonos do século XVIII:

«Uma coisa era sedentarizar os índios, ou seja, ‘domesticá-los’ e ‘amansá-los’ para que não mais atacassem os moradores; outra, muito diferente, era conseguir que trabalhassem para os

colonos. Os índios recém-sujeitados recusavam-se ao trabalho (24/5/1823): eram ‘mansos’ mas ainda não ‘civilizados’. A deserção das aldeias, como nos séculos anteriores, era constante: em Pernambuco ou no Rio Grande do Norte, por exemplo, os aldeados ‘fugiam para os centros de gentildade bravia’» (Cunha, 1998:148).

A partir desta lógica, o Serviço de Proteção ao Índio, no intuito de cumprir sua missão civilizadora, constituiu dois tipos de postos indígenas, destinados a diferentes níveis de primitivismo e evolução humana: 1) os Postos de Atração, Vigilância e Pacificação e 2) os Postos de Assistência, Nacionalização e Educação. Os primeiros com o encargo de lidar com grupos hostis e selvagens, «*povos imbeles, desarmados e na infância social*» de modo à «*despertar-lhes o desejo de compartilhar conosco do progresso a que atingimos*» (Cunha, 1998:166). Ou seja, com o objetivo de atrair, vigiar e pacificar através de eficazes trocas de brindes e de presentes, oferecendo a necessária proteção contra a violência indiscriminada das frentes de expansão. Uma vez atraídos e pacificados, tentar-se-ia reduzi-los com novas estratégias de persuasão, estabelecendo relações paternalistas e clientelistas com o povo até então considerado arredo.

«O início da ação protecionista tem na distribuição farta de presentes um item obrigatório e uma prescrição nominada. Dádivas para o domínio, seu fornecimento seria sustado a medida da aproximação às unidades locais do SPI e do estabelecimento de relações clientelísticas com a administração, revertendo-se aos índios o ônus de sustentar suas novas necessidades» (Cunha, 1998:167).

Enquanto este era o procedimento para as comunidades entendidas pelo SPI como mais atrasadas no patamar civilizatório, os Postos de Assistência, Nacionalização e Educação eram destinados a grupos já sedentarizados e pacificados “capazes de se adaptarem à criação e à lavoura e a outras ocupações normais” (Cunha, 1998:166), entendendo ocupações normais como toda e qualquer ocupação dentro da lógica de produção capitalista. Á estes grupos pacificados (não mais hostis à civilização) e sedentarizados (não mais nômades e selvagens) eram oferecidos a cidadania brasileira (nacionalização) e civilização em seu mais alto patamar: a educação escolar. Segundo as normas do SPI estes postos necessariamente deveriam possuir estabelecimentos de ensino primário noturno e diurno para adultos e crianças além de ensino agrícola. A educação formal deveria privilegiar, em termos de conteúdo, relatos sobre a história do Brasil Republicano enfatizando os símbolos máximos de nossa constituição enquanto nação: o Hino Nacional e a Bandeira. Ao órgão oficial também caberia a compra e a manutenção de equipamentos necessários para o desenvolvimento de trabalhos agrícolas, como arados, animais de criação, silos e pátios. Era através destes dois aliados – o trabalho e a educação formal – que o SPI encampava sua aposta na civilização e unificação dos sertões brasileiros.

Em um relatório datado de 22 de dezembro de 1945 – que para fins de análise reproduziremos na íntegra – é fácil identificarmos o papel civilizador atribuído à escola e ao trabalho disciplinado na passagem do indígena selvagem/pacificado ao indígena integrado.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO ÍNDIO

POSTO INDÍGENA DE CACIQUE DOBLE, 22 de DEZEMBRO DE 1945.

Ilmo. Senr. Dr. Herbert Serpa

M. D. Chefe da S.E. _____ Rio de Janeiro

Conforme instruções do Senhor Chefe da 7ª Inspetorias Regional do S.P.I, apresento-vos, ligeiramente, as atividades da Escola deste Posto, da seguinte forma:

| | |
|---|----|
| Alunos índios matriculados masculino..... | 38 |
| “ “ “ “ feminino..... | 32 |
| “ não “ “ masculino..... | 16 |
| “ “ “ “ feminino..... | 10 |
| Total de alunos escolares | 96 |

A Escola funcionou durante o ano com uma regular freqüência, sendo que, os alunos do sexo masculino, quando possível, são aproveitados nos trabalhos agrícolas e as meninas nos serviços domésticos.

No próximo ano entrante será acrescido o número de alunos índios que estiverem em condições de serem matriculados.

No dia 19 de Abril do corrente ano, o aluno Luiz Ferreira Doble Lacân, em linguagem portuguesa, falou diante a gloriosa Bandeira Nacional fazendo demonstrações entre a vida do índio e a vida do civilizado e como tal dos diversos misteres da comunidade indígena, que nessa ocasião achavam reunidos quasi na totalidade. Falaram também alguns alunos filhos de civilizados enaltecendo a Bandeira Nacional, estando presentes estas pessoas, de fora, famílias e autoridades que vierem presenciar a parada do Dia do Índio, as quais muito aplaudiram e elogiaram a maneira porque o índio sabe portar-se e obedecer.

A Escola Indígena dêste Posto, tem a honra de agradecer-vos por intermédio do nosso Ilustre Chefe, a vossa cooperação eficiente, dedicada e inteligente.

Sirvo-me do ensejo para apresentar-vos os meus votos de

SAÚDE E FRATERNIDADE

João Lúcio de Paulo – Agente do Posto (Brasil, 1945: 11).

Este relatório nos permite uma rica análise do papel da educação escolar na filosofia assimilacionista dos Postos de Assistência,

Nacionalização e Educação organizados com o intuito de atender e integrar o indígena pacificado. É de se notar, desde o início, a preocupação do agente em relacionar a escola com o trabalho, seja agrícola ou serviços domésticos, não permitindo nenhum espaço livre para o indígena aldeado, o tempo ora é ocupado com o trabalho, ora é ocupado pelas horas letivas. Um espaço cujo destino é crescer e ocupar todos os membros ativos da comunidade, pois no ano entrante «*será acrecido o número de alunos índios que estiverem em condições de serem matriculados*». O alunado não-índio, somados em 26 matrículas, terminam por caracterizar a escola como lugar de assimilação étnica e conversão cultural e física. O relatório segue descrevendo as atividades do Dia do Índio que contou com a participação dos indígenas aldeados e de diversas autoridades convidadas. Neste evento, o kaingang Doble Lacân versou sobre os aspectos da vida do índio e a vida do civilizado. Não temos o discurso, mas, seu contexto nos permite inferir relações entre a vida selvagem e a vida civilizada e seus diversos estágios evolutivos, representações caras ao SPI. E mais uma vez a educação formal se fez sentir com sua força, na fala materna domesticada em língua hegemônica. A Bandeira Nacional somada ao discurso do Kaingang em bom português refletem a passagem da integração simbólica à assimilação real que sabe «*portar-se e obedecer*» frente a autoridades e famílias de fora.

A partir deste quadro é possível entender com todos os seus nuances a narrativa imagética construída pelo fotógrafo oficial do SPI dos anos 40 do século XX, o fotógrafo alemão Heinz Foerthmann, que documentou em janeiro de 1943 as atividades escolares dos aldeamentos Nimuendaju e Icatú, próximos ao atual município de Bauru, interior do estado de São Paulo.

As 326 imagens fotográficas, coletadas por Foerthmann, nos apresentam um modelo vitorioso de integração econômico e social, exibindo indígenas Guarani – e alguns Terena – como exemplares de um tempo passado, mas já adaptados para tempos futuros. Todos os registros fotográficos produzidos pelas lentes de Heinz Foerthmann encontram-se acompanhados de comentários (ao longo da folha de contato original) do próprio fotógrafo. Os comentários a respeito de cada fotografia, em forma de legendas, nos indicam os objetivos de Foerthmann em seus vários registros. E é somente através destes dois elementos que a narrativa fica completa – o olhar do fotógrafo e sua intenção na constituição deste olhar. Estas fotografias relatam as diversas atividades dos aldeamentos, desde as atividades agro-pastoris as atividades escolares. As imagens vão relatar uma forte complementaridade entre os trabalhos manuais de caráter civilizatórios – que são vários – e as demais atividades escolares. Esta narrativa fotográfica tem como objetivo convencer o eventual leitor que, naquele pequeno aldeamento paulista, está sendo travado um violento embate entre a índole selvagem dos indígenas e os soldados do front civilizatório, que se utilizam de todo arsenal moderno disponível, ou seja, a escola e o trabalho. Inicialmente as imagens ressaltam as benfeitorias da civilização e o avanço desta luta no campo inimigo. Os indígenas são registrados como humanidade redimida, em transformação rumo ao homem

moderno. Um caminho que vem sendo trilhado sem recuos, ainda que subsistam certos aspectos tradicionais irredutíveis, que, neste caso, são entendidos através da respeitosa ótica do trabalho produtivo, como a confecção de esteiras pelas velhas Guarani. Porém, mais do que as dezenas de registros acerca dos trabalhos manuais e produtivos, o chama a atenção são as fotografias que abordam a escola do Posto Indígena de Icatú. Em uma longa seqüência de vinte fotogramas, Foerthmann nos desvela a perspectiva do SPI em relação ao papel integracionista da educação formal.

Nestas imagens, Foerthmann aproxima-se dos modelos (duas jovens indiazinhas Terena) como se estivesse aproximando-se do espaço escolar: do pátio, das salas e dos alunos do Posto. A primeira imagem da escola é através de uma pose elaborada, com todos alunos perfilados, meninas à frente e os meninos mais atrás, diante do hasteamento da bandeira nacional. As duas fileiras paralelas, vigiadas pelo olhar atento do encarregado do Posto, provavelmente também encarregado do bom andamento do ensaio fotográfico de Foerthmann. Uma indiazinha Guarani, ladeada por duas professoras não-índias, cuidadosamente hasteia a bandeira brasileira, dos vários personagens apenas a professora à esquerda da jovem Guarani olha fixamente para as lentes do fotógrafo. Os demais encontram-se de costas para o leitor ou intensamente envolvidos pela encenação forçada. Ao fundo, ao final da fila, percebe-se o Chefe de Posto e, conseqüentemente, o diretor da escola, vigilante e atento em relação à postura militar dos indígenas.



*Figura 1. Alunos perfilados frente ao panteão nacional.
BRASIL. Conselho Nacional de Proteção ao Índio (1945)*

Nos fotogramas seguintes Foerthmann enquadra frontalmente as professoras e a aluna Guarani, e, ao chegar mais perto dos personagens, a

imagem fragmenta-se e perde em força. Porém, Foerthmann retoma a totalidade de sua representação do espaço escolar nos fotogramas seguintes, nos quais, novamente registra uma cena elaborada e significativa. Os fotogramas intitulados Recreio das crianças depois das aulas apresentam as crianças que antes estavam em fila, formando um largo círculo em roda, mãos dadas, meninas e meninos ainda divididos em dois blocos, agora frente á frente. As duas professoras não-índias próximas, mas fora do círculo. É possível perceber que uma delas está sorrindo, orgulhosa da formação de seus alunos indígenas. Em volta, recostados em árvores ao redor encontram-se cinco indígenas que assistem a apresentação a uma distância respeitosa. Porém as crianças não brincam, estão estáticas,¹ como em frente à bandeira, pois agora, ainda que não saibam; são a bandeira nacional. É importante reforçar que estes fotogramas são os mais elaborados ideologicamente pelo fotógrafo, tanto em termos de composição, como em termos de elementos envolvidos, como as crianças, as professoras, o encarregado do Posto, a bandeira nacional, todos em comunhão, todos de mãos dadas.

Foerthmann trabalha com mais afinco nestas imagens devido ao forte papel que a escolarização jogava no pensamento positivista, para a redenção e pacificação daqueles indígenas. E, nesta seqüência passa a ser significativa a presença de indígenas Terena pelo seu papel civilizador junto à comunidade Guarani de Nimuendaju. Historicamente, as famílias Terena existentes nos aldeamentos de São Paulo foram “importadas” do Mato Grosso pelo SPI, com o objetivo de influenciar o modo de ser Guarani, indisciplinados e preguiçosos, na visão dos agentes indianistas. Ao contrário dos Terena, que além de serem considerados bons agricultores possuíam uma larga folha corrida de serviços prestados ao exército brasileiro na Guerra do Paraguai e como ajudantes e carregadores da Comissão Rondon em diversas passagens. Após fotografar a escola (que apesar de serem poucas imagens em relação ao todo, são as mais representativas) Foerthmann retorna ao seu tema inicial, as diversas vistas do posto e as diversas imagens do trabalho produtivo, capitalista, executado pelos indígenas Guarani. Inicialmente fotografando a sede do Posto, para em seguida, registrar suas benfeitorias e possibilidades de produção, com o catavento, o depósito, a casa do jardineiro e pequena horta da reserva.



*Hasteamento da Bandeira Nacional.
BRASIL. Conselho Nacional de Proteção ao Índio (1945)*

Nas imagens 2350/53, Foerthmann, registra a serraria do Posto com suas máquinas e serras, provavelmente o orgulho do encarregado. Na serraria, apesar da presença de um indígena ao lado do servidor do SPI responsável pela oficina, nenhum destes é citado pelas legendas, preocupadas e relatar a máquina a vapor e os dentes da serra em sua ação civilizatória.



Serraria. BRASIL. Conselho Nacional de Proteção ao Índio (1945)

Estas seqüências são didáticas, mostra-se a maquinaria, os trabalhadores em seu interior, os indígenas trazendo imensas toras em carros de boi e finalmente e madeira sendo manufaturada. Assim como em todo ensaio, Foerthmann preocupa-se em discutir os vários aspectos do trabalho realizado e os frutos deste mesmo trabalho, que são o produto manufaturado e o homem indígena pacificado. Apenas no último contato, o fotógrafo volta-se novamente para o elemento indígena. A primeira imagem é um Guarani a cavalo, e as seguintes demonstram este indígena passeando pelas plantações do Posto, porém, ao contrário da imagem inicial, na qual índio e montaria estavam em close fechado, desta vez, eles praticamente se confundem com as culturas de milho e algodão. A lente segue registrando paisagens abertas com pés de banana e pasto até chegar na casa de uma família Guarani, a princípio as imagens são tomadas de longe, são três imagens idênticas na qual se vê a casa e seus moradores em uma ampla panorâmica. Após este primeiro contato, o fotógrafo aproxima-se em fecha em close a mulher guarani e seus dois filhos (uma menina de aproximadamente seis anos e um menino de colo), e, mais uma vez, nenhum deles encara as lentes de Foerthmann, a mulher olha para um ponto infinito a esquerda do fotógrafo, a criança menor esconde o rosto no regaço da mãe e menina de seis anos olha obstinadamente para o chão. Porém, nas imagens seguintes, provavelmente após uma conversa do Foerthmann com os moradores da casa, assistimos toda a família nuclear reunida em pose tradicional, a mulher, os quatro filhos e um homem guarani com a indumentária de rezador. A menina é a única que continua olhando para o chão, na mesma pose anterior. Os dois fotogramas finais trazem a imagem do rezador guarani, com seu maracá e mbo'í, colar de sementes de milho. As imagens do rezador são apontadas apenas como Guarani de Araribá com colar de sementes de milho, e, curiosamente, não se diz nada sobre sua característica religiosa. Entretanto, tudo indica que Foerthmann não escolheu aquela família por acaso, e sim que foi até lá com a intenção de registrar o rezador. As imagens do indígena simulando uma reza, com certeza a pedido do fotógrafo ou mesmo do encarregado do Posto, não deixam qualquer margem para dúvidas. É possível que Foerthmann, assim como na seqüência da mulher tecendo esteiras, tenha como objetivo registrar os vestígios de um tempo bárbaro que ainda teimam em persistir a guisa de todos os esforços civilizadores do SPI. Porém, é sintomático que o último fotograma seja o de resistência étnica, lembrando as palavras do próprio Curt Nimuendaju: "Mas estes índios, cujo maior defeito talvez seja a inconstância, demonstram uma admirável persistência e perseverança na perseguição dos seus – bem posso dizê-lo – 'elevados desígnios'", ou seja, a resistência profética de continuar sendo indígena em um mundo hegemônico pelos valores não-índios. Uma resistência que a escola, a despeito de todos os esforços oficiais oriundos do estado, jamais logrou vencer.



Rezador Guarani. BRASIL. Conselho Nacional de Proteção ao Índio (1945)

2. Considerações finais

A fotografia produzida pelo Serviço de Proteção ao Índio por meio de seus diversos fotógrafos profissionais, como Heinz Foerthmann, tem com objetivo construir uma determinada memória e história. A produção fotográfica enquanto registro de uma época jamais é inocente – em especial quando produzida de forma ordenada e sistematizada por entidades e organizações – pois, sempre tem como objetivo a perpetuação de uma determinada visão histórica, que, também, sempre será uma determinada visão de classe, não podemos esquecer que o passado não é uma tabula rasa, mas, ao contrário, arena de embate e disputa política (Chesneaux, 1995: 183).

As imagens de Foerthmann nos revelam um pequeno fragmento da imensa memória visual do SPI, um acervo que ainda necessita ainda ser investigado e estudado, pois, somente dessa forma poderemos revelar aspectos da política integracionista do Estado brasileiro e compreender suas profundas marcas na alma indígena. O acervo fotográfico do Serviço de Proteção ao Índio representa parte do imaginário legitimado que a sociedade civil possui sobre o indígena, não que o setor de áudio-visual do órgão tenha construído este imaginário, mas, ao contrário, ele é herdeiro e legitimador, colaborando com sua perpetuação até os dias de hoje. Nesta concepção, o fato do indígena utilizar roupas ocidentais demonstra a sua civilidade e integração, ainda que continuem preservando e vivenciando situações culturais distintas, como no caso dos povos Guarani do Brasil, que

mesmo próximos aos grandes centros urbanos, permanecem diferenciados cultural e etnicamente.

Por fim, ao entender a fotografia como um produto histórico vinculado às relações sócio-econômicas dos homens se aponta para a sua materialidade e possibilidade de decodificação. Além da simples inscrição visual, a fotografia tem a função de tornar visível uma dada realidade. A narrativa fotográfica do SPI tinha como objetivo garantir a idéia de que o estado brasileiro estava cumprindo sua missão civilizadora frente aos povos silvícolas, e, desta forma, assegurando o desenvolvimento nacional, seja liberando suas terras ao sedentarizá-los, ao confiná-los em minúsculas reservas, seja fazendo transformando-os em mão-de-obra disponível, por meio da escolarização e do trabalho. Interpretar estas imagens é recuperar o recente papel que a educação escolar teve em relação aos povos indígenas do Brasil, por meio de sua função civilizadora e integracionista.

3. Referências

- BRASIL. Serviço de Proteção ao Índio. (1945). Relatório do Posto Indígena Cacique Doble. Paraná.
- BRASIL. Conselho Nacional de Proteção ao Índio (1945). Relatório das Atividades da Equipe Áudio-Visual.
- Chesneaux, Jean. (1995). *Devemos fazer tabula rasa do passado?* São Paulo: Atica.
- Cunha, Manuela Carneiro (org). (1998). *História dos Índios do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Gagliardi, José Mauro. (1989) *O indígena e a República*. São Paulo: HUCITEC.
- Lima, Antonio Carlos de Souza. (1998). O governo dos índios sob gestão do SPI, In: CUNHA, Manuela Carneiro (org). *História dos Índios do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Nimuendaju, Curt Unkel. (1987). *As lendas da criação e destruição do mundo*. São Paulo: HUCITEC – EDUSP.
- Prado junior, Caio. (1976). *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 26a ed.
- Ribeiro, Darcy. (1979). *Os índios e a civilização*. Petrópolis: Vozes,